

INTRODUÇÃO

1.	EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE TUTELA JURISDICIONAL: DO INDIVIDUAL AO COLETIVO	13
1.1	Bases do sistema original do Código de Processo Civil.....	13
1.2	Modificações da primeira fase: novos mecanismos	15
1.3	Modificações da segunda fase: a reforma do próprio Código de Processo Civil	19
1.4	Conseqüência da mudança: renovação do sistema	22
2.	O SUBSISTEMA DO PROCESSO COLETIVO: TUTELA DE DIREITOS COLETIVOS E TUTELA COLETIVA DE DIREITOS INDIVIDUAIS	25
2.1	Antecedentes históricos	25
2.2	A “revolução” brasileira no domínio do processo coletivo	34
2.3	Tutela coletiva e direito coletivo: importância da adequada conceituação.....	36
2.4	Direitos transindividuais (coletivos <i>lato sensu</i>) e direitos individuais homogêneos: definições.....	38
2.5	Quadro comparativo das distinções	40
2.6	Situações jurídicas heterogêneas	44
2.7	Danos morais transindividuais?	46
2.8	Interesses sociais como direitos coletivos.....	51
2.9	Direitos individuais homogêneos como direitos acidentalmente coletivos	55
2.10	Instrumentos de tutela jurisdicional de direitos coletivos e de direitos individuais homogêneos	57
2.11	O controle concentrado de constitucionalidade como instrumento de tutela coletiva de direitos	59

PARTE I
TUTELA DE DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS
(DIFUSOS E COLETIVOS)

3.	A TUTELA DE DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS POR AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	63
3.1	Gênese da ação civil pública.....	63
3.2	Direitos transindividuais como finalidade específica	66
3.3	Cumulação de pedidos	70
3.3.1	Cumulação de tutelas preventiva e reparatória e de prestações com distinta natureza.....	70
3.3.2	Cumulação de pedidos para tutela de direitos transindividuais e individuais homogêneos	73
3.4	Legitimação ativa e interesse de agir.....	75
3.5	Legitimação ativa e regime de substituição processual.....	77
3.6	Sentença e coisa julgada	78
3.7	Efeito secundário da sentença de procedência	82
3.8	Cumprimento das sentenças	83
3.9	Prescrição da ação civil pública	84
3.9.1	Regra geral	84
3.9.2	A questão prescricional nas ações de ressarcimento de danos ao erário	85
4.	→ AÇÃO POPULAR: O CIDADÃO EM DEFESA DE DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS	88
4.1	Origem e evolução legislativa.....	88
4.2	A natureza transindividual dos interesses tutelados.....	90
4.3	Objeto da ação popular: “anular ato lesivo”	93
4.4	Lesividade e ilegalidade do ato	95
4.5	Lesão à moralidade administrativa	96
4.6	Lesão ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.....	101
4.7	Tutela preventiva e providências de recomposição do estado anterior.....	102
4.8	Medidas cautelares e antecipatórias	104
4.9	Aspectos processuais da ação popular	105
5.	A TUTELA DO DIREITO TRANSINDIVIDUAL À PROIBIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A AÇÃO DE IMPROBIDADE	109

5.1	Origem da ação de improbidade administrativa	109
5.2	Caráter repressivo da ação	111
5.3	Sanções legais para a improbidade	114
5.4	Tipificação dos atos de improbidade	117
5.5	Sujeito ativo do ilícito	121
5.6	A dupla face da ação	123
5.7	Ônus da prova	124
5.8	Prerrogativa de foro	125
5.9	Aplicação da pena	128
5.10	Tutela cautelar na ação de improbidade	132
	5.10.1 Medidas para garantia da execução: indisponibi- lidade e seqüestro de bens	132
	5.10.2 Medida para garantia da instrução: o afastamento do cargo	135
5.11	Processo e procedimento na ação de improbidade	137
6.	A TUTELA DE DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS PELO MINIS- TÉRIO PÚBLICO	143
6.1	Legitimação ativa como função institucional	143
6.2	Organização do Ministério Público mediante distribuição interna de atribuições	145
6.3	Repartição das atribuições para promover demandas ju- diciais: critério geral	147
6.4	Repartição de atribuições para promover demandas perante a Justiça Comum	147
	6.4.1 Distribuição da competência jurisdicional comum entre Justiça Federal e Justiça Estadual	147
	6.4.2 Fixação da competência jurisdicional na ação civil pública	151
6.5	Repartição de atribuições entre Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual para ações civis públicas	153
6.6	Ação civil pública para tutela do patrimônio público	155
6.7	Regime da legitimação ativa: substituição processual	158
6.8	Impossibilidade de celebrar transação	159
6.9	Inviabilidade da desistência da ação	162

PARTE II
TUTELA COLETIVA DE
DIREITOS INDIVIDUAIS

7.	TUTELA COLETIVA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS: A AÇÃO CIVIL COLETIVA.....	165
7.1	Estrutura dos direitos individuais homogêneos	165
7.2	Tutela coletiva: do litisconsórcio ativo à ação coletiva	168
7.3	Características da ação coletiva	172
7.3.1	Repartição da atividade cognitiva.....	172
7.3.2	Legitimação ativa por substituição processual	174
7.3.3	Sentença genérica.....	175
7.3.4	Liberdade de adesão do titular do direito individual ...	181
7.4	Legitimação ativa para ações coletivas.....	184
7.4.1	Ações coletivas nas relações de consumo	184
7.4.2	A tutela de direitos individuais homogêneos pelo Ministério Público.....	185
7.4.3	Legitimação das entidades associativas	186
7.5	Espécies de tutela cabíveis na ação coletiva.....	188
7.5.1	Tutela preventiva.....	189
7.5.2	Tutela repressiva (reparatória) e as várias espécies de sanção jurídica	190
7.5.3	Tutela repressiva constitutiva	194
7.5.4	Tutela repressiva condenatória.....	195
7.5.5	Tutela de urgência (cautelares e antecipatória).....	196
7.6	Restrições à ação coletiva impostas pelo legislador ordinário.....	198
7.7	Procedimento da ação coletiva	199
7.7.1	Visão Geral.....	199
7.7.2	Coisa julgada.....	201
7.7.3	Relação entre ação coletiva e ação individual	203
7.7.4	Aplicação subsidiária a outras ações coletivas.....	205
7.8	A Ação de cumprimento: liquidação e execução da sentença genérica	206
7.8.1	Natureza, procedimento e competência	206
7.8.2	Objeto da ação de cumprimento, na fase de liquidação.....	208

7.8.3	Natureza da “sentença” de liquidação	210
7.8.4	Procedimento da liquidação	211
7.8.5	Fase de execução	212
7.8.6	Sucumbência na ação de cumprimento	212
7.8.7	Legitimação ativa para a ação de cumprimento	214
7.9	Ação coletiva e prescrição	218
8.	TUTELA COLETIVA POR MANDADO DE SEGURANÇA	221
8.1	Mandado de segurança individual e coletivo: fundamento constitucional	221
8.2	O mandado de segurança como ação coletiva	223
8.3	Legitimação ativa de partidos políticos	227
8.4	Legitimação ativa das organizações sindicais, entidades de classe e associações	230
8.5	Processo e procedimento da ação coletiva de mandado de segurança: critérios para a sua construção	232
8.5.1	Aplicação, por analogia, das normas e princípios do mandado de segurança individual	234
8.5.2	Aplicação, por analogia, das normas e princípios das ações coletivas	235
8.6	Litispendência e coisa julgada	237
9.	O MINISTÉRIO PÚBLICO E A DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	240
9.1	Legitimação do Ministério Público e direitos individuais disponíveis: a questão constitucional	240
9.2	Hipóteses de legitimação previstas expressamente em lei	241
9.3	Fundamento constitucional da legitimação	245
9.4	Outros direitos individuais homogêneos	247
9.4.1	Auto-aplicabilidade do art. 127 da Constituição como norma de legitimação processual	252
9.4.2	Conteúdo da norma de legitimação para tutela de interesses sociais	255
9.5	Procedimento e limites da legitimação	257
9.6	Suma conclusiva	259

PARTE III
PROCESSO COLETIVO, LEI EM TESE E
PROCESSO OBJETIVO

10. PROCESSO COLETIVO, INTERPRETAÇÃO DA LEI EM TESE E CONTROLE INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE.....	261
10.1 Jurisdição, fato e norma	261
10.2 Eficácia objetiva da coisa julgada	262
10.3 Tutela coletiva e sentença genérica.....	264
10.4 Inviabilidade de ação coletiva contra lei em tese	267
10.5 Tutela coletiva e controle incidental de constitucionalidade ..	268
10.6 Sentença com eficácia <i>erga omnes</i> e controle incidental de constitucionalidade	269
10.7 Ação popular e mandado de segurança coletivo contra lei em tese	271
11. TUTELA COLETIVA POR AÇÕES DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	275
11.1 Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade.....	275
11.2 Controle concentrado de constitucionalidade e tutela coletiva	278
11.3 A norma em abstrato como objeto do processo	279
11.4 Os sujeitos do processo: função institucional.....	280
11.5 A dupla face da demanda e das sentenças.....	282
11.6 Tutela antecipada: a “medida cautelar”.....	284
11.7 Eficácia executiva das liminares	286
11.8 Revogação da liminar e ajustamento das situações jurídicas atingidas	288
11.9 A eficácia das sentenças.....	290
11.9.1 Eficácia material (declaratória e <i>ex tunc</i>)	290
11.9.2 Eficácia processual (<i>erga omnes</i> e vinculante)	291
11.10 Eficácia executiva: o cumprimento das sentenças	292
CONCLUSÕES.....	297
BIBLIOGRAFIA	307